

A nutrição, a saúde pública e a etnografia: construindo a fome múltipla

Lis Furlani Blanco¹

Resumo: “Será que podemos falar que a insegurança alimentar grave é um pleonismo para fome?” Essa pergunta, proferida por uma nutricionista em um congresso de pesquisadores em segurança alimentar, foi o ponto de partida para pensar sobre o tema desta proposta de apresentação, isto é, a fome enquanto múltipla, promulgando políticas públicas e fazendo e sendo feita pelo Estado.

No entanto, apesar de parecer uma pergunta simples, as categorias implicadas acerca da fome, e mais ainda os diferentes saberes que cada uma dessas categorias mobiliza, propõem uma relevante reflexão sobre o tema da comida e das políticas públicas de combate à fome.

Tendo como pano de fundo minha pesquisa de doutorado, na qual pretendo partir da análise da trajetória do programa Fome Zero em relação à construção da categoria fome para realizar uma etnografia das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, pretendo no presente artigo discutir essas ações governamentais explorando as inter-relações construídas nesse processo, as diferentes arenas em jogo e os diferentes sujeitos políticos, que são criados a partir de uma praxiografia da fome.

Desta forma é objetivo central deste texto, inspirada pelas análises de Annemarie Mol, compreender a partir da etnografia de saberes tecnopolíticos envolvidos na criação desta política pública, como a fome é promulgada e em sua promulgação cria sujeitos e coloca em circulação a noção de direitos, assistência, vulnerabilidade e bem-estar social, bem como a definição e criação do próprio Estado. A nutrição, a segurança alimentar e a saúde pública, mas também a própria etnografia são saberes em disputa na construção da fome enquanto múltipla.

Palavras-chave: Fome, nutrição, praxiografia, etnografia

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas

Introdução

Ao tratar da falta de comida, da falta de nutrientes, da desnutrição, pobreza ou miséria muitas vezes mencionamos a fome. Mas também nos remetemos a ela quando queremos frisar um desejo forte, ou apenas o intervalo entre uma refeição e outra.

Que a palavra fome traz uma multiplicidade de significados e percepções muitos já sabem. Além de todas as possibilidades citadas acima, a fome também é algo que nos passa despercebido por ser mais uma das aflições cotidianas que muitos vivem.

No entanto, quando para além da perspectiva do discurso, da polissemia da fome e daquilo que o discurso constrói, ou ainda mais da significação de uma realidade dada e única, ao fazer uma etnografia da fome através da análise prática da promulgação da fome como ‘objeto’ em si, percebe-se que cada uma dessas ‘fomes’ é única, e que a Fome, que vem sendo (ou tentando ser) combatida por políticas públicas no Brasil, principalmente desde o marco do Fome Zero, é múltipla².

O que está implicado quando se pergunta: “Insegurança alimentar grave seria um pleonismo da Fome”? Mais do que colocando termos em disputa, quando fazemos esse tipo de pergunta estamos questionando os saberes tecnopolíticos envolvidos na criação de políticas públicas de combate a Fome, e buscando entender esses saberes como práticas colocadas em relação.

Nesse sentido, é objetivo central deste texto compreender a partir da etnografia de saberes tecnopolíticos envolvidos na criação do Fome Zero enquanto política pública, como a fome é promulgada³ e em sua promulgação cria sujeitos e coloca em circulação a noção de direitos,

2 A partir de uma discussão posta em debate no campo da Antropologia por Marilyn Strathern, Annemarie Mol propõe pensar o corpo e a aterosclerose (seu objeto de estudo no livro “The Body Multiple”) como múltiplo, isto é, indo em contraposição a uma ideia de pluralidade que está associada a diferentes perspectivas sobre uma única coisa, uma única realidade. A ideia de múltiplo busca compreender como uma entidade é construída a partir de um composto de singularidades, que podem ou não ser coordenadas, como ‘conexões parciais’, “mais do que um e menos que muitos” (Strathern, 2004; 2006; 2013).

3 Annemarie Mol, através de um debate com a teoria da agência e Teoria Ator-Rede (TAR) propõe pensar os objetos para além da clivagem entre ‘objetos que são estudados’ e ‘sujeitos que são atores dessa ação’. Para isso, utiliza o termo em inglês ‘enact’, que busca ir além de uma ideia de criação, e articula a ideia de Goffman que usa linguagens do teatro para pensar os humanos, conjuntamente com o referencial de Judith Butler, para pensar o termo ‘enact’, que

assistência, vulnerabilidade e bem-estar social, bem como a definição e criação do próprio Estado. A nutrição, a segurança alimentar e a saúde pública, mas também a própria etnografia são saberes em disputa na construção da fome enquanto múltipla.

A fome do Fome Zero

O tema da fome enquanto participante do debate público somente entrou na agenda dos estados nacionais e dos organismos internacionais após meados do século XX, ou, mais precisamente, após a segunda guerra mundial. Ao passo que o tema foi se tornando público em escala mundial, sua definição passou a ser debatida e disputada, resultando assim na concepção de que “a maneira que a fome é definida informa a maneira na qual as pessoas passam a compreender a categoria de fome” (Klein, 2013, p.16).

Segundo Nancy Schepper-Hughes (citada por Klein, 2013), foi diante da situação dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas da segunda guerra mundial que o direito à alimentação passou a ser tratado em todo o mundo e que os cientistas das mais diversas áreas tiveram que debater e buscar compreender e analisar o tema a fundo.

Com a criação da FAO ONU (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) a discussão acerca da segurança e soberania alimentar ganhou saliência enquanto política pública seguindo duas principais motrizes: libertação das necessidades e a realização das necessidades básicas para uma vida digna e a ideia de segurança nacional, isto é, o alimento pensado enquanto poderosa arma política de uma nação (Tomazini e Leite, 2016, p.18).

Após esse período, durante os anos 70, em decorrência da crise econômica mundial, ocorreu uma crise alimentar a qual afetou todos os países, incluindo potências mundiais que não pensavam na possibilidade de falta de alimento. Foi nesse contexto que a noção de alimento e/ou comida passou a ser politizada e discutida de forma rigorosa, mesmo que ainda vinculada à oferta de alimentos, o que gerava uma noção de política de assistência alimentar.

propõe romper com a necessidade de um agente humano por trás de todas as ações. Neste texto usarei a tradução ‘promulgar’ e algumas vezes ‘performar’ como sinônimos de ‘enact’.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Foi somente nos anos 80 que o conceito de segurança alimentar se sedimentou, consolidando a ideia que permanece até a atualidade, na qual a noção de oferta suficiente de alimentos incorporou-se a noção de regularidade e acesso aos alimentos de qualidade. Assim, foi a partir deste contexto que a fome enquanto problema social tomou centralidade não somente em um contexto global, como a partir de uma perspectiva nacional no Brasil.

A partir de 1983, com a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da ONU, as discussões sobre o status dos direitos humanos gera uma mudança fundamental no paradigma da segurança alimentar no Brasil, uma vez que passa a existir um processo de responsabilização política: “baseados no princípio de direito à alimentação, os governos poderiam receber censuras em nível internacional, por não garantir acesso dos seus cidadãos à alimentação” (Tomazini e Leite, 2016, p.19).

No Brasil, essa conferência teve um efeito direto, bem como uma aplicação singular e local, inserida no contexto específico de uma concepção dos direitos humanos da América Latina, a qual está diretamente relacionada com a solidariedade ligada a demandas socioeconômicas. Como, de acordo com Klein, “um corpo faminto em oposição a um corpo doente, necessita de alguém ou algo pelo qual este seja responsável, isto é, um corpo faminto existe como uma crítica potente a sociedade que o cria” (Klein, 2013, p.40 – tradução livre), o péssimo quadro da fome brasileiro movimentou a sociedade civil cobrando e criando ações para a garantia deste direito básico à população.

No entanto, diferente de outros contextos, no Brasil a temática da segurança alimentar apesar de ampla estava diretamente associada à insuficiência de renda; havia uma “identificação da incapacidade do acesso aos alimentos por parte da população brasileira frente à pobreza e ao desemprego, como uma de suas causas principais, ganhando então, destaque no diagnóstico da situação da insegurança alimentar no país” (Yasbek, 2003, p.4). E foi o discurso da fome que conseguiu nesse sentido articular a ideia de segurança alimentar com a situação de renda das famílias brasileiras, associando a fome à falta de acesso aos alimentos, bem como com a necessidade de inclusão social e conquista da cidadania.

Relacionando essa perspectiva da instituição de um paradigma da segurança alimentar nas políticas públicas brasileiras, conjuntamente com a definição do que seria um direito à alimentação adequada, sempre em relação à promulgação da fome enquanto objeto múltiplo, que o Fome Zero foi sendo desenhado, um marco nas políticas sociais brasileiras.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

É a partir dos escritos de Josué de Castro⁴ que o referencial teórico do programa Fome Zero foi delimitado/instituído. O geógrafo e médico brasileiro afirmava que não foi por acaso que o tema da fome foi por tanto tempo ignorado, e, assim, pode-se dizer que “antes da discussão efetuada por Castro, os temas de segurança e escassez alimentar juntamente com a discussão sobre a fome não eram compreendidos a partir de uma perspectiva da escala pública” (Klein, 2013, p.18).

Para Josué de Castro, isso se dava porque as sociedades humanas normalmente chegam ao ponto de inanição por forças culturais mais do que através de forças naturais, sendo a fome o resultado de grandes erros e defeitos de organização social, o que de certa forma não era pensado pelas instituições governamentais e internacionais, causando um “flagelo ainda misterioso”. Em sua obra mais conhecida, “Geografia da Fome”, publicada em 1947, o autor afirma que: “um flagelo só é inevitável quando permanece um mistério. Os males provenientes da falta de alimentos continuam sendo um problema, mas não um mistério. Hoje já sabemos em que consistem as necessidades em alimentos. Hoje já sabemos o que é alimentação” (Castro, 1957, p.37).

Segundo o autor, “um sistema de alimentação funciona para alimentar as pessoas, satisfazer as necessidades biológicas de uma determinada população” (Castro, 1957, p.38). A fome, através de uma perspectiva que pode ser vista como uma concepção de cultura que está fundada nas relações funcionais entre níveis biológicos, psicológico, social e cultural (Geertz, 1973), é definida como uma necessidade biológica a ser satisfeita de modo mais ou menos bem sucedido pelas instituições sociais, econômicas e políticas. Sociedade e cultura, portanto, são pensadas como dimensões a serem acionadas para resolver esse problema.

A multiplicidade do objeto fome, no caso específico do programa Fome Zero, é orientada partindo desta definição de Josué de Castro. No sentido exposto por Castro e incorporado pelo programa, existe uma ideia de que o termo fome “leva a uma interpretação menos precisa e universal do que um de seus principais sinônimos, a desnutrição, a qual parece ser melhor embasada

4 Josué Apolônio de Castro (Recife, 5 de setembro de 1908 - Paris, 24 de setembro de 1973), mais conhecido como Josué de Castro, foi um influente médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor, ativista brasileiro que dedicou sua vida ao combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.com.br/>> Acessado em 13/10/2014.

cientificamente” (Klein, 2013, p.12), isto é, a fome é vista como uma deficiência energética, biológica, trazida por um problema social. Entretanto, a fome não pode ser considerada apenas como problema social ou biomédico, e sim um fenômeno de ordem sociocultural, a qual também orienta a ciência enquanto voz legitimada. Para a fome são atribuídos significados próprios, construídos socialmente dentro de uma ordem prático-simbólica que se esboça no mundo cotidiano.

Ao tomarmos como premissa a ideia de Audrey Richards em seu clássico estudo “Hunger and Work in a savage tribe”, no qual a autora argumenta que “nutrição em uma sociedade humana não pode ser pensada, de maneira alguma, fora do meio cultural na qual ela existe” (Richards, 1932, p.10 - tradução livre), considerando que “o início de qualquer atividade considerada humana, por si só, é a existência de desejos” (Ibid., ibidem), não podemos pensar a fome a partir de um viés estritamente social ou apenas biológico. É exatamente essa definição do que é fome que vai desenhando as políticas para seu combate, ao passo que traz consequências diretamente determinadas com essa disputa.

Os saberes em relação: a fome na prática

Em 1932, Audrey Richards afirmou em seu livro citado acima que a comida é na verdade um objeto diferente para aquele que passa fome e para aquele o qual tem suas necessidades satisfeitas (Richards, 1932). Pensando a fome em relação ao objeto comida, ou ainda em relação ao objeto definidor do sujeito, na citação de Richards, podemos dizer que no fazer cotidiano das políticas públicas de combate à fome, esta também é um objeto⁵ diferente para aqueles que têm fome, para aqueles que não, para as nutricionistas, para os gestores públicos e governantes, mas também para nós, enquanto antropólogos.

5 Existe uma bibliografia que propõe o questionamento do termo ‘objeto’, como forma de questionar a separação entre coisas e pessoas. No entanto, apesar desse artigo articular essa discussão com o questionamento proposto por Annemarie Mol, preferi utilizar o termo ‘objeto’ assim como a autora o utiliza, isto é, sem trazer com ele a premissa de que as coisas são passivas e são ‘objeto do estudo humano’. Isso, pois, sendo a perspectiva de Mol, na etnografia da prática os objetos, sujeitos, conceitos, discursos são todos promulgadores de realidade. Para uma discussão mais aprofundada ver: Henare, Amiria et al.(2007) *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London/New York: Routledge.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

No entanto, esse objeto alvo de tantas políticas sociais possui um diferencial: desde seu aparecimento enquanto discurso no lançamento do Fome Zero, ou mesmo desde o início da elaboração deste programa de governo, a fome era pensada como um objeto duplo, social e biológico. Diferentemente de outros objetos promulgadores de realidade, como, por exemplo, algumas doenças, as quais eram definidas a priori como ‘coisas’ da ordem das ciências biológicas, e na qual uma perspectiva cultural passou a ser vista como somente possibilidade interpretativa de seus distintos significados sociais, a fome e seus outros nomes tem sido pensada a partir de um paradigma que busca compartilhar as formas de construção distintas de conhecimento, um paradigma interdisciplinar.

Digo isso, pois desde o início do programa Fome Zero a fome é alvo de disputa. Entretanto, essa disputa se dá sempre no plano dos significados e da representação. Assim, mesmo sendo a fome vista como uma mazela social, a partir da leitura de Josué de Castro, enquanto política pública é tratada como uma questão de saúde pública. Ainda estamos presos à ideia de que existe uma fome real e muitas interpretações culturais para essa realidade que não pode se dissociar da materialidade de suas mazelas.

No entanto, se levarmos a sério a perspectiva de Audrey Richards (1932), concebendo a fome como objetos distintos e não como diferentes perspectivas para uma mesma realidade⁶, responderemos de forma negativa à pergunta: ‘Insegurança alimentar grave, seria um pleonasmo para fome?’, pois na relação entre saberes, a fome é aqui vista como um objeto singular em cada uma dessas ontologias.

Falar então, em fome múltipla significa levar a sério todas essas falas que constroem o presente objeto e “ao invés de reduzir suas articulações a meras ‘perspectivas culturais’ ou crenças, concebe-las como mundos ou naturezas diferentes” (Henare, Amiria et al, 2007, p.10 – tradução livre), isto é, múltiplas ontologias em relação. Não podemos falar de fome sem falarmos de seus

6 Em seu estudo sobre aterosclerose Mol propõe que diferentes objetos podem ser adicionados, um aos outros e se tornar um objeto múltiplo sem estar associado ou sem depender da existência prévia ou projetada de um único objeto. Segundo a autora, a doença a ser tratada, no caso a aterosclerose é um objeto composto. Em sua análise sobre as práticas médicas e a relação com as ciências sociais, “quando os cientistas sociais tratam de objetos de domínio das biomedicina, muitas vezes, falam de significados e interpretações, deixando assim o ‘corpo físico’ intocável. Multiplicando o observador mas não o objeto” (Mol, 2002, p.25).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

outros nomes, que apesar de tratarem de categorias distintas, na construção de seus discursos promulgam a fome múltipla: a segurança alimentar, o direito humano a alimentação adequada, a desnutrição, a insegurança alimentar leve, grave ou moderada. E também não podemos esquecer-nos de mencionar os diferentes métodos e ferramentas para trata-la: os indicadores⁷, os indicativos formais, os dados antropométricos, o monitoramento, as evidências, a interdisciplinaridade, as escalas psicométricas, os censos, e a própria etnografia.

O problema posto, no entanto, está na ideia de que “a certeza da morte e miséria necessariamente trazem com ela a singularidade do real”, e para entendermos esta realidade como múltipla é preciso compreender na prática como “o conhecimento é primeiramente uma partilha da realidade” (Mol, 2002, p.164- tradução livre). Esta certeza da morte trás quase que uma exclusividade ontológica das ciências médicas sobre todas as outras quando tratamos de uma categoria que está em íntima relação com o corpo.

A fome, muitas vezes concebida como insegurança alimentar grave, desnutrição ou falta de nutriente é promulgada em relação a um corpo com uma materialidade específica e, assim, as materialidades que outros objetos performam são deixadas de lado, por não tratarem de uma prática diretamente relacionada com o corpo visto como singular.

Como apreender então, estas múltiplas realidades que criam e são criadas por objetos múltiplos? Como podem a antropologia e a etnografia contribuir para compreensão da relação entre esses saberes tecnopolíticos?

De acordo com Henare, Holbraad e Wastel (2007), algumas linguagens teóricas atuais presumem uma distinção *a priori* entre pessoas e coisas, matéria e significado, representação e realidade. Como disse acima, a fome, mesmo sendo compreendida com uma materialidade iminente,

7 Segundo pesquisadores da área de nutrição e saúde pública, que se debruçam sobre a temática das avaliações de políticas públicas, os indicadores são “avaliações periódicas que permitem monitorar a magnitude do problema social em determinado território, ao longo do tempo, garantindo, sempre que possível, a comparação com outros territórios” (Pessanha, L., Vannier-Santos, M. C., & Mitchell, P. V, 2008), isto é, são configurados como métodos que possibilitem uma comparação, muitas vezes quantitativa.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

isto é, o fim da vida, é promulgada de diversas maneiras criando assim muitas realidades e muitos “objetos-fome” que se coordenam.

Em busca de começar a responder a pergunta anterior, é objetivo deste texto, seguir a proposta de Henare *et al* (2007) alinhada à praxiografia de Annemarie Mol (2002), que incentiva capturar as ‘coisas’ encontradas no campo da maneira que elas mesmas se apresentam, ao invés de assumir que elas significam ou representam outra coisa. “As coisas devem ser tratadas como significados *sui generis*” (Henare, Amiria *et al*, 2007 p.04).

De acordo com essa proposta, que se define mais como um projeto metodológico no sentido prático do termo do que uma teoria, as ‘coisas’ encontradas no campo podem ditar suas próprias análises, incluindo novas premissas que contribuem para a criação de novas teorias. Nesse sentido, “as coisas não devem ser delineadas antes do encontro etnográfico pelo qual elas emergem” (Ide, *ibidem*).

Quando iniciei minha pesquisa de doutorado, tinha como projeto inicial compreender a trajetória social do programa Fome Zero, e a partir deste *locus* das políticas públicas apreender a polissemia da categoria de fome encontrada em campo. No entanto, desde que retomei os contatos feitos em minha pesquisa de mestrado, quando informava sobre a temática analisada, todos os interlocutores faziam a mesma pergunta: *ah, mas você é da área da nutrição?* Essa pergunta que desde o mestrado se mantinha, questionando a possibilidade de falar sobre o tema que eu havia escolhido, de certa forma foi o gatilho que me permitiu atentar mais para as *coisas* encontradas em campo.

Comecei assim a perceber que nos diversos locais que a fome era promulgada, na Assembleia do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (Comusan – SP), no Encontro Nacional de Pesquisa em Segurança Alimentar (ENPSAN), na Comissão da Câmara dos Deputados sobre Direito Humano à Alimentação Adequada, e nos relatórios anuais acerca da alimentação no Brasil, havia uma singularidade acerca do que cada um desses atores compreendia/dizia sobre a fome.

Voltando a discussão já apresentada acerca do objeto de inferência da política do Fome Zero, o qual apesar de pensar a fome como um objeto interdisciplinar ainda a associava como uma separação clara entre o social e o biológico, acabei me deparando com visões como a de DaMatta (1987), referência nos estudos sobre alimentação no Brasil, na qual a comida e o alimento seriam,



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

não propriamente duas nomenclaturas para esferas distintas de um mesmo objeto, mas sim dois objetos distintos que criam realidades que não são compatíveis. As comidas são os ingredientes dotados de significado social, enquanto os alimentos são ingredientes que têm como finalidade ‘somente’ a nutrição do corpo.

Passei então, a compreender a fome de forma análoga à comida, como dois objetos distintos e a noção de híbrido (Latour, 1994) me pareceu como uma maneira interessante de descrever a fome, um objeto que era simultaneamente natural e cultural, matéria e representação. A bibliografia sobre essa temática também se alinhava a essa perspectiva.

Nancy Schepper-Hughes (1992), em seu clássico livro sobre a fome no Brasil, “Death without weeping”, nos mostrava como a desnutrição era uma realidade no nordeste do país e como as pessoas que a sofriam a interpretavam como uma ‘crise de nervos’. Pensando dessa forma, sob a perspectiva do hibridismo (Latour, 1994), tanto a ‘crise de nervos’ como a desnutrição fariam parte deste híbrido, e a fome, de uma perspectiva da cultura e da natureza.

Não obstante, ao longo do trabalho de campo, a categoria-fome foi se mostrando como um compósito de muitos outros objetos, que muitas vezes nem eram chamados pelo mesmo nome, e que articulavam diversos saberes que construía não só a fome, mas a própria política pública para seu combate, seus agentes e sua população de direito. Para além de uma “rede de entidades que transgridem a divisão entre sujeito e objeto, natureza e cultura” (Henare, Amiria *et al*, 2007, p.7 – tradução livre), a própria fome carecia de uma metodologia em que esta pudesse ditar uma pluralidade de ontologias, uma multiplicidade de teorias (idem).

Foi a partir de uma etnografia da prática que promulga a fome, isto é, da criação e articulação das políticas públicas para seu combate, que a fome enquanto múltipla emergiu. Sua polissemia deu lugar à uma reflexão fundamental desenvolvida por Foucault, na qual o discurso, ao invés de ser visto como uma maneira distinta de organizar a realidade, de acordo com diferentes regimes de verdade, é compreendido como “criador de novos objetos, no próprio ato de enunciar novos conceitos” (Foucault *apud* Henare, Amiria *et al*, 2007, p. 13).

A fome passou a ser vista assim como “uma coisa manipulada na prática. E o conhecimento produzido por ela e sobre ela, não é entendido como uma questão de referência, mas sim como uma questão de manipulação” (Mol, 2002). Mas o que seria, nesse sentido, a fome manipulada na prática?



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

No primeiro congresso que participei acerca da construção do conhecimento e pesquisa em relação à fome, à segurança alimentar e ao direito à alimentação adequada, em cinco dias de palestras, plenárias e grupos temáticos, somente uma ou duas vezes enunciaram a palavra fome. Os principais grupos de temáticos tratavam de indicativos acerca da segurança alimentar, o direito à alimentação adequada, os efeitos da insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento e consumo alimentar saudável, a produção sustentável e o processamento de alimentos, e por fim, a construção de pesquisa em segurança alimentar em relação às avaliações, métodos e indicadores.

Na primeira fala de abertura do evento, o pesquisador homenageado Malaquias Batista Filho⁸, frisou que no fechamento do documento do Fome Zero em 2002 havia um problema estrutural: a área de saúde não era contemplada, a segurança alimentar almejada como forma de combate a fome só era pensada através da produção e consumo, e por isso era vista através das lentes dos gestores públicos, cientistas sociais e agrônomos. Segundo ele, “hoje no encontro tem muita gente da área de saúde. O que é muito significativo, pois contempla aspectos muito importantes do processo biológico” (Diário de campo, 5 de outubro de 2016).

Que tipo de articulação e coordenação desses objetos tecnopolíticos vistos como ‘biológicos’ ou da área da saúde aconteceu para que eles passassem a ser incorporados no programa Fome Zero e nas políticas de combate à fome? Como eles são articulados na prática?

De acordo com Tomazine e Leite,

o programa Fome Zero representa um elemento importante para se compreender não somente o jogo político e os problemas gerenciais

8 Professor Emérito da Universidade Federal de Pernambuco (2008) e da Universidade Federal da Bahia (2010). Doutorado em Saúde Pública pela Universidade Federal de São Paulo (1976). Bolsista 1A do CNPq e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) por duas gestões. Distinguido com a medalha Oswaldo Cruz (MS) e Honra ao Mérito (Anvisa). Ex-consultor da FAO, OMS e UNICEF para missões especiais em países da África e América Latina, incluindo o Brasil. Ganador do Prêmio Nacional de Segurança Alimentar da Fundação Bungue (São Paulo). Distinguido com o prêmio Anísio Teixeira da Capes (MEC) 2016. Atualmente é docente da pós-graduação em Saúde Integral Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira-IMIP. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Epidemiologia da Nutrição, atuando principalmente nos seguintes temas: estado nutricional da população, anemia, deficiência de vitamina A, alimentação e meio ambiente, políticas e programas de nutrição. (Texto informado pelo autor e disponível para acesso em: <http://lattes.cnpq.br/6920886439060825>)



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

enfrentados pelo governo recém estabelecido à época, mas a disputa de ideias e paradigmas travadas entre atores e coalizações que buscaram influenciar o combate à fome e a pobreza no primeiro mandato do governo Lula”. (2016, p.12)

No entanto, para além da análise do Fome Zero enquanto ideia-força que possibilitou a criação e efetivação de uma política específica de governo, na compreensão e análise da trajetória deste programa a fome tem sido concebida como uma categoria extremamente relevante e em constante disputa. Segundo as autoras mencionadas acima, “a fome aparece nos discursos para angariar apoio político. Seu uso em detrimento da campanha pela Segurança Alimentar e Nutricional foi feito em conjunto com imagens da seca e figuras como Betinho” (Tomazini e Leite, 2016, p.26). Em uma entrevista feita com o professor Walter Belik (Diário de campo, setembro de 2015), um dos idealizadores do programa, este também afirmou que durante as reuniões com o marqueteiro do governo na época, após longas explicações acerca da importância da discussão sobre segurança alimentar, foi decidido que fome seria uma ideia ou conceito muito mais acessível e capaz de unificar o discurso e as ideias presentes no programa Fome Zero.

Essa fome, vista como um conceito se mostrava claramente como um objeto capaz de promulgar uma realidade específica, primeiramente associada com questões claramente sociais, isto é, a pobreza, a dificuldade de acesso aos alimentos, e a falta de trabalho e renda. Todavia, essas questões estavam, de acordo com Tomazine e Leite (2016), diretamente associadas com um conjunto de ideias mais intervencionistas do ponto de vista econômico, o que não se articulava bem com as ideias dominantes do paradigma do capital humano⁹, compreendendo objetivos bem amplos e ações em várias temporalidades.

Assim, para além da clivagem que ocorreu em meio aos próprios idealizadores do programa, a ideia de fome foi se definindo como um discurso capaz de abarcar distintas políticas públicas, e associa-las a uma só mazela social. Isso, pois, “ainda que a maioria da população em extrema pobreza

9 Segundo Tomazine e Leite (2006), o paradigma do capital humano compreende a pobreza a partir de um sentido individual, que precisa ser combatida através de diferentes frentes que são alinhadas em diferentes temporalidades. Assim, segundo Frei Betto: “ao descartar o Fome Zero e optar pelo Bolsa Família, o governo federal escolheu o pacto federativo em detrimento da mobilização da sociedade” (Tomazini e Leite, 2016, p.26).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

pode(ria) não passar fome, ela depende(ria) na maior parte dos casos de favores e de ações filantrópicas, se alimentando muitas vezes de forma indigna” (Tomazini e Leite, 2016, p.20). Nesse sentido, a fome seria o discurso que possibilitaria pensar a falta de acesso ao alimento e renda, mas também questionar políticas assistencialistas ou até mesmo relações de coronelismo e dependência. “A questão da fome, além de dar sentido simbólico ao programa social, apontava para o malogro das propostas de luta contra pobreza previamente apresentadas” (Tomazini e Leite, 2016, p.26).

Entretanto, após o lançamento do programa, ou talvez da ‘marca’ Fome Zero, a categoria fome foi se diluindo em diversas esferas, ficando restrita, na maioria dos casos, aos sujeitos que passaram a reivindicar seus direitos em relação a uma alimentação adequada. Segundo Tomazine e Leite, “talvez a utilização do termo ‘fome’ pode ter contribuído à incompreensão quanto aos objetivos do programa e ao apelo ao direito à alimentação” (2016, p.26).

O objeto fome começa a apresentar aí seus ruídos e a mostrar que muitas vezes, ele não pode ser totalmente coordenado para se tornar um. E é na prática que essas tentativas de coordenação emergem. Quando o programa Fome Zero, se transforma de uma ideia em diversas políticas coordenadas por um ministério, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (extinto MDS), essa fome até então promulgada, precisa ser articulada com a fome alvo das políticas públicas.

É nesse momento, que a desnutrição e a insegurança alimentar aparecem como outras singularidades da fome. Ao se tratar de uma política pública com aplicabilidade em nível nacional são necessárias maneiras de medir, definir e demarcar o objeto com o qual estamos lidando. A fome passa a ser performada como uma epidemia, e uma epidemia precisa ser compreendida estatisticamente. Neste sentido, é posto em jogo aquilo que Mol chama de políticas ontológicas (2008), isto é, “a organização da detecção de um desvio”, como no caso a fome, “não é questão ‘meramente prática’”. Afinal, diz a autora “também tem efeitos de realidade. Faz diferença para a forma como a “própria” fome é performada. Mas não é só a realidade da fome que está em jogo, há muitas outras realidades aqui envolvidas. Porque os objetos performados não vêm sozinhos: trazem consigo modos e modulações de outros objetos” (Mol, 2008, p.8).

É possível pensar, então, a saúde pública como um coordenador desta multiplicidade de fomes e de todas essas realidades. No entanto, para que a fome possa ser compreendida através dos

instrumentos de medida e avaliação de políticas públicas, ela tem que deixar de ser a fome slogan do projeto Fome Zero, para ser agora a fome desnutrição.

A fome desnutrição, contudo, é em sua singularidade um objeto disputado. Assim como no caso da anemia¹⁰, estudado por Mol (2008), em que existe uma anemia promulgada nos exames clínicos e outra nos exames laboratoriais, a fome quase nunca existe como objeto nos exames laboratoriais, pois a falta de nutrientes em si, isto é, falta de vitaminas e minerais necessários para o bem estar e desenvolvimento pleno de nossas funções básicas, não é correlacionada diretamente com a desnutrição e, assim, com a fome.

Somente através de um exame clínico, o qual envolve o cálculo do índice de massa corpórea (IMC)¹¹, ou ainda a avaliação de crescimento normal (dentro da média) no caso de crianças e adolescentes, que se pode diagnosticar a desnutrição. Para se tratar de uma epidemia, como a fome era vista na época do lançamento do Fome Zero, essa fome promulgada pelos exames clínicos não fornecia elementos significativos que justificavam as políticas criadas. Além disso, não seria possível encontrar evidências de que certas políticas tiveram influência direta na alteração do quadro da desnutrição no Brasil.

Segundo as nutricionistas do Conselho de Segurança Alimentar do Município de São Paulo, se não existe um Sistema de Vigilância Alimentar Nutricional não se pode falar sobre desnutrição, ou ainda, “não se pode tratar da fome como uma situação de epidemia” (Diário de Campo, 22 de setembro 2016). É ressaltado então, pelas nutricionistas “a importância de indicadores para construir e acompanhar uma política pública. E estes indicadores são pensados através de indicativos formais e não com dados antropométricos¹²” (Diário de Campo, 22 de setembro 2016). De acordo com estas

10 Ver: Mol, Annemarie & Law, John. 1994. “Regions, Networks and fluids: anemia and social topology”. *Social studies of sciences*, vol. 24, n°4.

11 O Índice de Massa Corporal é uma medida utilizada para medir a obesidade adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). É o padrão internacional para avaliar o grau de obesidade. Hoje em dia, o IMC é utilizado como forma de comparar a saúde de populações, ou até mesmo definir prescrição de medicações. Disponível em: <http://www.calculoimc.com.br/o-que-e-imc/> Acessado em:10/04/2017

12 A avaliação da condição nutricional aplicada em estudos populacionais quase sempre utiliza dados antropométricos associados ou não a inquéritos alimentares e exames bioquímicos. Na avaliação individual, os seguintes parâmetros devem ser levados em conta: 1. Anamnese clínica e nutricional (quantitativa e qualitativa). 2.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

mesmas profissionais, esses indicativos formais são construídos através de parcerias entre gestores públicos e estudiosos das universidades públicas da região, principalmente na área de saúde pública.

São as nutricionistas¹³, enquanto o saber legitimado para tratar da nutrição ou falta de nutrição de um corpo, que organizam os indicadores e medidores possíveis de alcançar a fome enquanto sinônimo de desnutrição, sendo que por uma questão financeira e de tempo é impossível a realização de exames laboratoriais que tragam as informações necessárias para a constatação desta fome.

Foi nesse contexto que a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foi pensada e criada. De acordo com seus criadores, a EBIA “é um instrumento auxiliar das políticas públicas de combate à fome no Brasil, que permitiu o primeiro diagnóstico nacional de acesso à alimentação em termos de qualidade e quantidade” (Correa, 2007. p. 143). A partir desta escala outra fome passou a compor a fome múltipla.

Segundo Correa (2007), no pós-segunda guerra mundial, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO- ONU) propôs indicadores de medida padronizados a partir da disponibilidade calórica per capita, para acompanhar as tendências históricas e estabelecer conexões entre países. No entanto, de acordo com os criadores da EBIA (Correa, 2007), com o passar do tempo houve um aumento na complexidade do conceito de Segurança Alimentar, e com isso a necessidade de incorporação de outros indicadores.

O que os nutricionistas e gestores de saúde pública chamam de complexidade se da exatamente na multiplicidade da Fome. Assim como afirma Mol, é na prática que os objetos são promulgados, isso porque, segundo a autora pensar um conhecimento feito na prática traz para discussão não somente os sujeitos sozinhos, mas também edifícios, mesas, documentos, tecnologias, entre outros (Mol, 2002, p.48).

Exame físico detalhado (busca de sinais clínicos relacionados a distúrbios nutricionais). Aferição dos parâmetros antropométricos. 3. Avaliação da composição corporal (antropometria e exames subsidiários). 4. Exames bioquímicos. Disponível em: <http://www.sbp.com.br/pdfs/manual-aval-nutr2009.pdf>

13 Digo nutricionistas, no feminino, porque em sua grande maioria as nutricionistas são mulheres.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Durante o momento da pós-segunda guerra, a fome era promulgada enquanto a impossibilidade de disponibilidade calórica per capita, medida padronizada para possibilitar um comparativo mundial. Com a criação do Fome Zero a fome passou a ser promulgada, no Brasil, através de indicadores indiretos que buscavam medir a segurança alimentar familiar. Mesmo sem deixar de ser fome enquanto disponibilidade calórica per capita, agora a fome também era a insegurança alimentar familiar.

Nesse sentido, assim como propõe Mol (2002), para entender a fome múltipla, é preciso mobilizar ‘uma ciência social’ que “não é convencional no sentido estrito da palavra”. Aqui, de maneira análoga com a promulgação da Aterosclerose, analisada e descrita por Mol, pretendo trazer “uma história sobre práticas. Sobre eventos. Ingredientes heterogêneos que de forma conjunta permitem falar sobre fome. Sobre o que ela é” (Mol, 2002, p.53).

Dito isso é interessante pensar como o evento de criação da EBIA promulgou uma nova fome. O saber tecnopolítico da nutrição trouxe mais um ingrediente para a definição de fome, e foi a partir da segurança alimentar que essa fome passou a ser performada. A segurança alimentar definida como a garantia a todos os brasileiros de acesso a uma alimentação adequada à sobrevivência e à saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade (Belik, 2003, p.12), proporcionou o desenvolvimento de uma escala que além de medir a magnitude do problema da insegurança alimentar na população, identifica diferentes graus de acesso aos alimentos,

No entanto, a fome que no momento de elaboração do Fome Zero era uma fome individualizada, como aponta Frei Betto (Tomazine e Leite, 2016, p.26), passou a ser tratada como um problema de população, principalmente por ser promulgada através da noção de segurança alimentar, conceito criado nos pós segunda guerra, e diretamente associado a uma crescente preocupação com a soberania nacional.

Para a criação do documento de lançamento do Fome Zero, eram utilizados indicadores de rendimento familiar per capita, o que segundo Correa (2007), de acordo com os índices referidos ou não às linhas de pobreza e indigência forneciam diferentes estimativas de população alvo dos programas do Fome Zero, a depender do método usado. Se viu necessário então, um instrumento capaz de dimensionar diretamente as deficiências quantitativas e qualitativas de acesso aos alimentos.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Nesse sentido, na política ontológica (Mol, 2008, p.15) da fome, não é simplesmente a realidade desta que está em jogo, mas também das populações e sujeitos alvo de sua promulgação.

E há mais, sem dúvida. Se reconhecermos e analisarmos essas interferências, a questão da avaliação das performances torna-se cada vez mais complexa. Porque se é possível pensar em alinhar argumentos sobre os benefícios e malefícios implicados na performance de um objeto único específico (por exemplo, a anemia), as coisas tornam-se mais complicadas caso os argumentos relacionados com outros objetos, como os sexos, a identidade individual, etc., também tenham que ser tidos em conta. (...) Porque se as realidades performadas são múltiplas, não é uma questão de pluralismo. Pelo contrário, o que a “multiplicidade” implica é que embora as realidades possam ocasionalmente colidir umas com as outras, noutras alturas as várias performances de um objeto podem colaborar e mesmo depender umas das outras. (Idem, ibidem)

A EBIA foi pensada como uma colaboração entre os múltiplos objetos fome, tentando, através da colaboração de gestores da saúde pública e nutricionistas de diversas universidades do país, compreender as experiências dos moradores de algumas regiões do Brasil em relação à fome e ao mesmo tempo analisar a correlação dos gradientes de insegurança alimentar com diferenças de renda. As diversas fomes performadas aí tiveram que ser coordenadas pelos criadores dessa escala, que concluíram que “a insegurança alimentar grave seria uma restrição quantitativa importante de alimentos, permitindo concluir a existência da fome” (Correa, 2007, p.145).

Nesse sentido, coordenar a fome, como insegurança alimentar, em relação à fome como dificuldade de acesso aos alimentos por falta de renda, ou situação de pobreza e miséria, bem como a fome enquanto experiência individual, promulgou assim uma outra fome, a fome como medida para verificação das políticas públicas associadas ao Fome Zero. Isso, pois, de acordo com a definição de segurança alimentar adotada pelo programa, “se considera socialmente inaceitável que as pessoas vivam longos períodos sustentadas por cestas básicas, outros tipos de ajuda ou outros arranjos. Quando se discute segurança alimentar, o que está implícito é que haja condições de vida e condições nutricionais adequadas” (Correa, 2007, p.144).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Essa fome, oposta a ideia de segurança alimentar, é raramente tratada como clínica, pois não é ela que chega às unidades básicas de saúde (UBS), mas sim nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS E CREAS). Não obstante, são as nutricionistas que criam instrumentos para lidar com essa fome, levando em consideração que a insegurança alimentar decorre da falta de qualidade e quantidade dos alimentos, mas também existem componentes psicológicos importantes como a preocupação com a incerteza.

Nesse momento, outra fome é articulada na criação da fome múltipla: a fome experiência. E é exatamente nesta ocasião que a etnografia passa a ser incorporada na performance da fome. No entanto, essa experiência da fome que é “tomada como medida valiosa de segurança alimentar” (Correa, 2007), é coordenada pelas nutricionistas que associam a etnografia como uma possibilidade de transformar a experiência individual de um corpo que passa fome em uma experiência de um grupo específico de pessoas, com características culturais marcadas.

A fome no Fome Zero é múltipla de acordo com suas localizações geográficas, mas principalmente em sua temporalidade. A partir do momento em que a fome, enquanto epidemia comprometedora da soberania de um país, foi de certa maneira erradicada¹⁴, e a fome enquanto experiência individual não pode ser medida como instrumento de saúde pública, é a fome em situações culturais específicas que passa a ser performada.

Tendo em vista que “a percepção é um fenômeno subjetivo, mas pode ser objetivamente quantificada e usada como recurso de monitoramento” (Correa, 2007, p.147), os gestores da saúde pública passaram a incorporar descrições e perguntas ‘etnográficas’ como um instrumento de controle da realidade, e assim uma nova realidade da fome é promulgada. Esse momento que poderia ser um momento de ruído entre as fomes, foi coordenado de tal forma que o domínio da experiência

14 O Brasil saiu, no ano de 2014, do mapa da fome. Segundo o relatório desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) “nos últimos 10 anos, o Brasil reduziu pela metade a parcela da população que sofre com a fome. Os órgãos da ONU destacaram que a taxa de desnutrição no Brasil caiu de 10,7% para menos de 5% desde 2003 (Kepple, 2014). Em comunicado oficial, Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social, sustentou que isso foi possível “graças a um conjunto de políticas públicas que garantiram o aumento de renda dos mais pobres e um aumento da oferta de alimentos, que consolidaram a rede de proteção social” (Portal Brasil, 2014).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

individual passou a ser instrumentalizado para que a fome ‘de uma ordem cultural’ pudesse ser monitorada. E a subjetividade dessas experiências se tornou contabilizável através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a qual atualmente vem sendo desenvolvida em diversas versões para populações específicas, ou ainda, para as populações chamadas ‘tradicionais’. Mais elementos para a fome múltipla são adicionados.

Algumas considerações preliminares:

O presente texto tem como proposição central, através de uma etnografia da fome como múltipla, demarcada temporalmente e territorialmente pela trajetória do programa Fome Zero, mostrar como a etnografia de políticas públicas de combate à fome se tornou um estudo sobre a coexistência de múltiplas entidades, nomeadas (muitas vezes) da mesma maneira (Mol, 2008). E que assim, no decorrer da etnografia de uma prática, isto é, a elaboração, aplicação e avaliação de políticas públicas, um objeto aparentemente único, ou talvez um objeto visto como interdisciplinar ou ainda híbrido, foi descrito e analisado como parte das práticas nas quais ele é promulgado (Mol, 2008).

Para além de uma análise de ontologias encontradas *a priori* na construção de um saber diverso acerca da fome, este próprio objeto trouxe a possibilidade de pensa-lo através de uma metodologia/teoria que o concebe como múltiplo sem ser plural. Pois, “se as práticas se tornam a nossa porta de entrada para o mundo, a ontologia deixa de ser um todo monista. A ontologia na pratica é múltipla” (Mol, 2002, p.158).

Nesse sentido, a própria fome e suas technicalidades, mostram que “em seus detalhes mais íntimos não são somente tecnicamente determinadas” (Mol,2002), isto é, mesmo os saberes técnicos que promulgam a fome dependem de questões sociais, como as praticalidades, contingências, poder e tradições.

Assim, a fome promulgada no Fome Zero, em todas as suas multiplicidades, se coloca como um objeto ímpar para a compreensão da criação de políticas públicas no Brasil, principalmente aquelas que se propõem como um caráter amplo e interdisciplinar, além de ser também um *locus* privilegiado para entender como se dão as dinâmicas de feitura do próprio Estado, sem deixar de lado hierarquias de poder, construções de conhecimento e criação de sujeitos de direito. A fome que



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

parecia ter seu limite no corpo é performada como uma multiplicidade de saberes, técnicas, discursos e conceitos, que promulgam não somente o corpo com fome e suas materialidades, mas o Estado e suas inferências.

Referências Bibliográficas:

Abrams, Philip. (1988) *Notes on the difficulty of studying the state*. *Journal of Historical Sociology* I(I): 58-89.

Ahlert, Martina. (2008) *A Fome negada e a política: sobre a distribuição de alimentos no programa Fome Zero*. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil

Ashley, Bob, Hollows, Joanne, Jones, Steve, Taylor, Ben (2004). *Food and Cultural studies*. London: Routledge.

Appadurai, Arjun. (2008) Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: *A vida social das coisas, as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF.

Belik, Walter. (2003) Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: *Saúde e Sociedade* v.12, n.1, p.12-20.

Bevilaqua, Ciméa; Ilerner, Pietro de Camargo. (2000) Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2000, v. 43, n. 2, pp. 105-140.

Blanco, Lis F. (2015). *Vida Podre: a trajetória de uma classificação*. Dissertação de mestrado, defendida em 25 de março de 2015. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Campinas: Unicamp.

Borwnell, Susan. (2004) Food, Hunger and the State. In: Watson, J. et Caldwell, M (org.) *The Cultural Politics of Food and Eating: A Reader*. December 2004, Wiley-Blackwell

Bourdieu, Pierre. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.

Castro, Josué. (1957) *Geografia da Fome*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Correa, Ana Maria Segall. (2007) Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, Aug. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200012&lng=en&nrm=iso>.

Douglas, Mary. (1976) *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2003) *Food in the social order*. London: Routledge.

Fischler, Claude. (1995) *El (h)omnivoros*. Barcelona, Anagrama.

Freitas, Maria C. S. (2003). *Agonia da Fome*. Salvador/ RJ Edufba/Fiocruz.

Goody, Jack. Industrial food. In: Van Esterik, Penny et Counihan, Carole (ed.) *Food and culture*. Routledge.

Hastrup, K. (1993) Hunger and the Hardness of Facts, *Man (NS)* 28(4), 727-739.

Henare, Amiria et al. (2007) *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London/New York: Routledge.

Kepple, Ane W. (2014) *O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil. um retrato multidimensional*. RELATÓRIO 2014. FAO, ONU.

Klein, Kate. (2013). *Humanitarianism and the Anthropology of Hunger*. Washington University Undergraduate Research Digest, Volume 8, Issue 1

Latour, Bruno. 1994 [1991]. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34

Lima, Antonio Carlos de Souza. (2012) O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. IN: Dossiê: Fazendo Estado. *Revista de Antropologia*. Vol.55. N.02 de 2012. USP: São Paulo.

Maluf, R; Menezes, F; Valent, F. (1996) Contribuição ao Tema da segurança Alimentar no Brasil. Vol. IV / 1996 da Revista *Cadernos de Debate*, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Mead, Margaret. (1997) The Changing Significance of Food. In: Van Esterik, Penny et Counihan, Carole (ed.) *Food and culture*. Routledge.

Mintz, Sidney W. and Christine M. Du Bois. (2002) The Anthropology of Food and Eating. In *Annual Review of Anthropology* 31: 99-119.

Mintz, Sidney W. (1997) Time, Sugar, and Sweetness. In: Van Esterik, Penny et Counihan, Carole (ed.) *Food and culture*. Routledge.

_____ (2001). *Comida e antropologia*. Uma breve revisão. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 16, n° 47, São Paulo, outubro de 2001.

Mol, Annemarie. (2002). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Duke University Press.

_____. (2008) Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: *Objetos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Edições Afrontamento.

Monteiro, Carlos Augusto. (1995) A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 24, p. 195-207.

Pessanha, L., Vannier-Santos, M. C., & Mitchell, P. V. (2008). Indicadores para avaliar a segurança alimentar e nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: Metodologias e fontes de dados. In *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu. ABEP.

Portal Brasil. *Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/09/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>. Publicado: 16/09/2014 12h53

Projeto Fome Zero. Instituto de Cidadania 3ª versão, 2002.

Rego, Walquiria Leão e Pizzani, Alessandro. (2013) *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Editora da Unesp.

Ribeiro Junior, José Raimundo Sousa. (2008) *A fome e a miséria na alimentação: Apontamentos para uma crítica cotidiana a partir da geografia urbana*. São Paulo: FFLCH/USP. (Dissertação de mestrado).

Richards, Audrey.(1932). *Hunger and work in a savage tribe: a functional study of*



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

nutrition among the Southern Bantu. London: Routledge, 2005

Scheper-Hughes, Nancy. (1992) *Death Without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkley: University of California Press, 614 p.

Shore, Chris et al (ed.). (2011). *Policy Worlds: anthropology and the analysis of contemporary power*. Oxford: Bergham.

Silva, José Graziano. (2003) *Segurança alimentar: uma agenda republicana*. Estud. av. [online]. vol.17, n.48, pp.45-51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200004>.

Strathern, Marilyn..(2004) *Partial Connections*. Updated Edition. Oxford: Altamira Press. [1991].

_____(2006) *O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Trad. André Vilalobos. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP. [1988].

_____(2013) *Fora de Contexto: as ficções persuasivas da Antropologia*. Trad. Tatiana Lotierzo & Luis Felipe Kojima Hirano. São Paulo: Terceiro Nome. [1987].

Telles, Vera da Silva. (1998) No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de Renda Mínima no Brasil. In *Programas de Renda Mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo, Polis.

Tomazini, Carla Guerra et Leite, Cristiane K. da Silva. (2016). Programa Fome Zero e o paradigma de Segurança Alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? *Revista de Sociologia e Política*, Vol. 24, número 58, junho de 2016.

Yasbek, Maria Carmelita.(2003) Fome Zero: uma política social em questão. *Revista Saúde e Sociedade*, Vol. 12, número 1. Jan/junho de 2003. USP: São Paulo.

Zaluar, Alba. (1985) *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo. Brasiliense.